



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013662-09.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Extinção da Execução**  
 Embargante: **Sistemas de Fluxos Brasil Industria e Comercio Eireli**  
 Embargado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução, opostos por SISTEMA DE FLUXOS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, contra o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, alegando que é ilegítima a cobrança do IPTU, pois, na condição de concessionária, detinha apenas a posse precária do bem, pois a expectativa de doação não se realizou, pelo não cumprimento dos encargos, sendo que jamais deteve a propriedade sobre o imóvel, tampouco *animus domini*, inexistindo o fato gerador do tributo.

O Município apresentou impugnação, alegando, preliminarmente, a não admissibilidade dos embargos. No mérito, sustenta que a embargante adquiriu a posse dos lotes, através do Termo Provisório de Posse e, conforme previsão legal, decorrido o prazo e atendidos os demais encargos, lhe seria outorgada escritura de doação, tendo efetuado, inclusive, parcelamento do débito, em janeiro de 2013, sendo que a cláusula 5ª do Termo Provisório de Posse é categórica ao prever a responsabilidade da interessada pelos encargos tributários.

Houve réplica.

**É o relatório.**

**Passo a fundamentar e decidir.**

Deixo de apreciar a preliminar alegada com fundamento no artigo 488 do Código de Processo Civil de 2015.

No mais, não há como se acolher o pedido do embargante.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A Súm. nº 399 do STJ dispõe que “cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU”.

No caso de São Carlos, o art. 158 do Código Tributário Municipal prevê que o imposto tem como fato gerador o domínio útil, a "posse" ou a propriedade imobiliária.

De acordo com o Termo Provisório de Posse n. 23/03 (fls. 25), o Município cedeu à embargante a posse provisória de lotes, ficando estipulado na cláusula 5ª que ela seria responsável pelo pagamento de qualquer encargo tributário.

Ainda que não detenha mais a posse sobre o bem, deve arcar com o tributo relativo ao período em que a detinha, sendo certo, inclusive, que efetuou o parcelamento do débito em janeiro de 2013, sinalizando que ela mesma entendia como devido o tributo.

Anote-se, ainda, que a jurisprudência colacionada pela embargante não se aplica à hipótese dos autos, pois diz respeito à cessão de uso da propriedade para concessionária de serviço público.

Ante o exposto, deixo de acolher os embargos e condeno a embargante a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa.

P I

São Carlos, 21 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**